

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PESQUISADORES, CONSELHEIROS E TÉCNICOS NA ÁREA DE FINANCIAMENTO DE EDUCAÇÃO E SEUS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE CAMPINAS, RIO CLARO, SÃO CARLOS, SÃO PAULO E SUZANO

Lisete Regina Gomes Arelaro – FEUSP

liselaro@usp.br

Rubens Barbosa de Camargo – FEUSP

rubensbc@usp.br

Marcos Edgar Bassi – FEUSP

carolbas@terra.com.br

Ana Paula do Nascimento – FEUSP

anpaula@usp.br

Theresa Maria de Freitas Adrião – UNESP

theadriao@yahoo.com.br

Adriana A. Dragone Silveira – FEUSP

adragone@usp.br

Resumo: Este trabalho apresenta pesquisa realizada de 2004 a 2007, em São Paulo, apoiada pelo Programa Políticas Públicas da FAPESP. Seu objetivo foi a construção de materiais para a formação qualificada de Conselheiros do CACS do Fundef e Técnicos de Secretarias de Educação que atuam no controle dos recursos vinculados à educação. A pesquisa adotou o procedimento metodológico da pesquisa-ação, reuniu pesquisadores e membros de municípios parceiros e resultou na elaboração de Curso de Formação de Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento da Educação composto por 3 Cadernos, 1 DVD e 1 CD-Rom.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta, de forma destacada, a metodologia, os percalços e os resultados principais de pesquisa realizada de 2004 a 2007, em São Paulo, apoiada pelo Programa Políticas Públicas da FAPESP. Seu objetivo foi a construção de materiais para a formação qualificada de Conselheiros do CACS do Fundef (atual Fundeb) e Técnicos de Secretarias de Educação que atuam no controle dos recursos vinculados à educação. A pesquisa adotou o procedimento metodológico da pesquisa-ação, reunindo pesquisadores e membros de municípios parceiros, num período de transição administrativa de governos municipais, além da mudança de fundos da educação nacional (do Fundef para o Fundeb) e resultou na elaboração de Curso de Formação de Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento da Educação composto por 3 Cadernos, 1 DVD e 1 CD-Rom.

Com base na experiência adquirida em pesquisas anteriores relativas ao acompanhamento da implantação do Fundef no Estado de São Paulo e no Brasil, verificou-se, como generalizada, a insuficiente formação técnica dos quadros das Secretarias Municipais de Educação (SME), assim como de Conselheiros Municipais

para gerir ou acompanhar, de forma direta e competente, os recursos vinculados à Educação, razões pelas quais, apresentou-se – e foi aprovado seu financiamento – o Projeto de Pesquisa “*Formação Inicial e Continuada de Pesquisadores, Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento de Educação e seus Mecanismos de Controle Social, nos Municípios de Campinas, Rio Claro, São Carlos, São Paulo e Suzano*” ao Programa Políticas Públicas da FAPESP, com o objetivo maior de viabilizar uma formação qualificada mais adequada para os Conselheiros e Técnicos das Secretarias que atuam na área de financiamento da educação dessas instâncias públicas.

Nas pesquisas realizadas anteriormente evidenciou-se o grande desconhecimento por parte da população, e mesmo de grupos sociais organizados, a respeito de como, quanto e em quais atividades ou programas, os recursos financeiros destinados à Educação foram ou estavam sendo aplicados.

O Projeto de Pesquisa, visando a superação dessa condição e em sintonia com o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP, foi constituído de três fases. A **Fase I** constituiu-se da apresentação da proposta aos Dirigentes Municipais, com discussão e aceite pelos municípios da realização da pesquisa; do início do levantamento dos dados iniciais de cada cidade; da constituição das equipes de trabalho locais; da elaboração de uma programação de trabalho conjunto entre outras ações organizativas da pesquisa e do início de análise – pelas equipes participantes (Equipe Central e Equipes Locais/ Parceiras)ⁱ – dos documentos obtidos e da visão da dinâmica de financiamento e do funcionamento da educação pública em cada Município Parceiro. A **Fase II** realizou-se, a partir de um diagnóstico um pouco mais detalhado da situação e das informações sobre o financiamento da educação em cada Município Parceiro, a preparação de um roteiro básico das principais dificuldades dos grupos envolvidos na pesquisa sobre o financiamento da educação; a definição conjunta da dinâmica e metodologia a ser adotada para enfrentar as dificuldades levantadas; a elaboração e realização de roteiros e entrevistas com representantes de Conselhos Municipais e Secretários das Cidades parceiras; o oferecimento de uma série de oficinas de trabalho e encontros de formação sobre os assuntos pertinentes ao financiamento da educação e, finalmente, a elaboração de materiais escritos e audiovisuais sobre mecanismos sociais e das rotinas financeiro-contábeis do acompanhamento e controle social dos recursos financeiros da educação. É importante ressaltar que quando as equipes da pesquisa já haviam quase encerrado suas atividades coletivas, foram surpreendidas com a aprovação, em 19 de dezembro de 2006, de nova Emenda Constitucional – a de nº. 53 –

criando um novo Fundo de financiamento da educação – o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, bem como de sua regulamentação – apresentada através de Medida Provisória – no dia 28/12/2006. Esta nova situação alterava substancialmente as informações disponibilizadas em nosso material, o que obrigou a Equipe Central do Projeto a propor – pelo pequeno tempo disponível, mesmo com a prorrogação de prazo autorizada pela FAPESP – um trabalho, de caráter mais individualizado, pela própria Equipe Central, de adequação à nova legislação e procedimentos legais que a alteração constitucional estabeleceria.

A **Fase III** caracteriza-se pela ampla divulgação e utilização dos materiais escritos e audiovisuais produzidos pelo projeto por meio da apresentação dos materiais aos Municípios Parceiros; pela divulgação dos materiais produzidos pelos próprios membros das Equipes – Central e Parceiras – do Projeto de Pesquisa, nas diferentes instâncias das Administrações Públicas Municipais na forma de cursos, oficinas, dentre outras dinâmicas a serem utilizadas, e destinados aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACCS), Conselhos de Escola, Conselhos ou Fóruns Regionais de Conselhos de Escola (CRECEs), Fóruns Municipais e outros espaços possíveis; pela participação em Reuniões Nacionais e Regionais de Entidades Municipais (UNDIME, CONSED, UNCME, UPCME) e Reuniões Nacionais e Regionais de Entidades Científicas da Área de Educação, visando a divulgação dos materiais produzidos pela pesquisa.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

Uma das orientações iniciais da pesquisa envolveu uma opção de método de trabalho pela equipe de pesquisadores, e que de certa forma a aproxima de uma perspectiva de pesquisa-ação, pois conforme Michel Thiollent

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (1985, p. 14)

Além disso, no desenvolvimento da pesquisa-ação, os pesquisadores e participantes

recorrem a métodos e técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação e também técnicas de registro, processamento e de exposição de resultados. Em certos casos, os convencionais questionários e as

técnicas de entrevista individual são utilizados como meio de informação complementar. Também a documentação disponível é levantada[...] (1985, p. 26).

Neste sentido, visando ao aprofundamento teórico e de informações para as equipes envolvidas – de pesquisadores e participantes –, também foram realizados seminários, oficinas, leituras orientadas, discussões temáticas entre outras formas de construção e socialização do conhecimento existente.

A condição teórica obtida em estudos e pesquisas anteriores e a sua metodologia “de pesquisa-ação” permitiram que a pesquisa realizasse um interessante processo de construção coletiva de propostas, conhecimentos e materiais. Ela fundamenta-se ainda na crença de que as experiências concretas que os municípios enfrentam, em relação às questões do financiamento público e da gestão democrática da educação, podem e devem gerar, no seu enfrentamento coletivo, as próprias respostas ou as alternativas de soluções para as dificuldades encontradas.

A formação coletiva das Equipes Parceiras, preocupação e metodologia fundamental dessa pesquisa, tinha como pressuposto, a convicção de que uma gestão democrática será tão mais competente e atingirá suas finalidades, na medida em que envolver o maior número e os mais representativos segmentos como “atores” na e da administração pública.

Assim, os Assessores Técnicos das Secretarias, os Conselheiros – representando os diferentes segmentos sociais, em especial, o segmento da comunidade escolar (os pais e as mães de alunos, os alunos, os professores, os funcionários e os especialistas da escola) – e particularmente, os usuários dos serviços públicos, são pessoas igualmente indicadas e qualificadas para opinar e participar da produção de materiais e documentos diversos, cada um com suas contribuições próprias – histórias de vida, formação escolar e experiências profissionais – que serão úteis, tanto na sua própria formação, quanto na de outros membros das Equipes Parceiras.

Para as Equipes Parceiras, o processo de formação deveria ser organizado em grandes temas, que pudessem ser desenvolvidos em “módulos” e que contemplassem as diferentes temáticas do financiamento, destacando-se, inicialmente: a legislação, em relação a prazos, dinâmica e rotinas do Orçamento Público; os documentos sínteses oficiais, na área de financiamento público e seu planejamento estratégico; o Controle Social de prioridades governamentais e dos recursos públicos, através de Conselhos: seu funcionamento, suas leis, suas histórias e as dinâmicas consideradas bem sucedidas no

processo de controle social de recursos públicos.

De modo sintético é necessário destacar que em termos metodológicos, organizativos e de produção de dados e análise para a pesquisa: foram feitos registros em cadernos de campo pela equipe pesquisadora; todas as Reuniões Gerais foram registradas na forma de vídeos e fotos; nos encontros formativos – pelas equipes participantes ou pelos palestrantes convidados – foram fornecidos materiais para leitura, discussão e exercício sobre os assuntos tratados; os documentos legais, os de orientação política e governamental foram levantados e analisados em nível local e pela Equipe Central, mas também arquivados de modo organizado para acessos futuros; avaliações foram realizadas após cada Reunião Geral; foram registradas em fitas ou em arquivos eletrônicos as entrevistas feitas com Secretários Municipais, em especial, os da Educação e das Finanças e, em alguns casos, o de Administração ou de Gestão Municipal e Presidentes de Conselhos de Educação e os de Acompanhamento e Controle Social do Fundef (CACs) – ou outro Conselheiro que, pela maior experiência ou peculiaridade de escolha ou permanência, bem com as respectivas transcrições, com vistas ao seu uso posterior; produções próprias das Equipes Parceiras foram incentivadas, com vistas à melhor apreensão dos assuntos tratados no desenvolvimento da pesquisa, com visitas aos locais, tanto por parte dos Coordenadores da Pesquisa como dos Pesquisadores auxiliares ou Assistentes de pesquisa. Foram realizadas reuniões preparatórias e de trabalho da Equipe Central e dos Coordenadores, visando ao desenvolvimento da pesquisa, ou seja, houve um processo de investigação de modo organizado e sistemático em cada etapa ou fase de sua execução.

2. PERCALÇOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DA PESQUISA

2.1 Eleições municipais, mudanças governamentais e político-administrativas nas Secretarias de Educação

Os resultados eleitorais de outubro de 2004 provocaram mudanças partidárias significativas nos cinco municípios participantes da pesquisa, sendo que, em nenhum deles permaneceu o mesmo Secretário Municipal de Educação, mesmo no caso de reeleição do Prefeito ou manutenção do mesmo Partido Político no governo municipal.

Esses resultados eleitorais trouxeram, também, uma diversidade maior de partidos políticos à frente das Administrações Municipais envolvidas no Projeto de Pesquisa, passando a representar quatro diferentes Partidos Políticos como expressão das coligações locais: o PSDB, no município de São Paulo; o PT, nos municípios de São

Carlos e Suzano; o PDT, no município de Campinas e o PFL, em Rio Claro. O Quadro abaixo, mostra as mudanças político-administrativas nas Secretarias Municipais de Educação.

Inserir Quadro apresentado ao final do texto Após a divulgação dos resultados finais das eleições municipais, não necessariamente se manteve, pelos governos eleitos, a priorização da Gestão Democrática no âmbito da administração municipal. Porém, decidiu-se manter na Pesquisa, os municípios que, inicialmente, haviam feito parte da **Fase I**, por três razões que se considerou suficientes para a continuidade do Projeto em seus objetivos: **primeira**, os novos governos mantiveram o compromisso de investir no tipo de formação prevista no Projeto, para Conselheiros Municipais e Técnicos das Secretarias, mantida a autonomia da Coordenação do Projeto; **segunda**, não houve resistência às iniciativas já desenvolvidas, indicando esta atitude que, mesmo não havendo de forma explícita ações ou compromissos governamentais priorizando a democratização da gestão no Município ou, em especial, a Gestão da Educação, também não havia impedimento ou decisão política para que ela não se viabilizasse. E a **terceira**, a percepção da dificuldade dos gestores locais em pensar políticas de democratização e de Participação Popular, principalmente na área de financiamento, tendo sido justificado, inclusive, por parte dos Dirigentes contatados, que nem sempre as mesmas apareciam de forma priorizada nos Programas de Governo, pela inexistência de pessoal com formação específica nessa área que pudesse, efetivamente, implementá-las – mesmo considerando os *staffs* diretamente subordinados ao Prefeito – e não por divergência com o princípio de Gestão Democrática Municipal.

Nesses contatos, confirmou-se o que as próprias Equipes Parceiras iniciais previam, ou seja, que, independente dos resultados eleitorais, manter-se-ia a continuidade do Projeto nos municípios, pela necessidade e oportunidade do mesmo.

2.2 Mudanças na política de fundos da Educação: do Fundef para o Fundeb

Outro fator determinante que implicou alterações importantes no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa foi o processo de discussão e a mudança ocorrida na política de fundos para o financiamento da educação no Brasil, ou seja, a substituição de um Fundo somente para o ensino fundamental (Fundef) por outro que financiaria toda a educação básica (Fundeb) que coincidiu com a fase de conclusão prevista inicialmente.

Essas mudanças repercutiram diretamente no conteúdo dos temas do Financiamento da Educação e do controle social previstos para o desenvolvimento do Projeto.

É importante ressaltar que o desenho definitivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) só veio a ser sancionado pelo Presidente da República em 20 de junho de 2007. O longo processo de construção da proposta (de 2003 a 2007, compreendendo as fases de elaboração interna ao Governo Federal até a sanção presidencial), especialmente o período em que o Projeto de Lei regulamentar tramitou no Congresso Nacional, em 2007, impôs a necessidade de retardar a elaboração final do material produzido pela Pesquisa. O mesmo ocorreu em função da regulamentação da Medida Provisória só ter se dado em 20 de junho de 2007.

Esta breve citação sobre a tramitação do Fundeb se faz necessária, para que se avalie a complexidade, para o Grupo de Pesquisa dar conta da elaboração de materiais de forma coletiva de um Curso de Formação, concomitantemente às mudanças de legislação e da abrangência do novo Fundo. Neste processo, portanto, de discussão social e de criação do Fundeb, ao coincidir com a fase final de elaboração dos materiais do Curso de Formação previstos no presente Projeto de Política Pública, impôs a necessidade de revisão de parte do material elaborado e de incorporação das alterações introduzidas pela nova legislação, o que se exigiu a mudança, inclusive, no último trimestre, da metodologia adotada pelo Projeto, sendo nesta fase uma sistematização dos materiais pela Equipe Central, sem a participação ativa das Equipes dos Municípios.

3. CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS E TÉCNICOS EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

No desenvolvimento do projeto de pesquisa a sistemática adotada foi a de realização de Reuniões Preparatórias – efetuadas pela Equipe Central (composta pela Equipe de Coordenação e Equipe de Pesquisadores) – que visavam à preparação de oficinas, elaboração de atividades e exercícios, convites a palestrantes sobre temáticas a serem trabalhadas, seleção de textos, dados e informações para a apresentação e trabalho de todo grupo. Outro momento do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa foi o das Reuniões Gerais, que num primeiro momento estabeleceram o “rumo” do trabalho a ser realizado, e após a definição coletiva da elaboração do Curso de Formação de Conselheiros e Técnicos e a definição de sua estrutura (módulos, vídeos, exercícios etc.)

passou a ter um caráter formativo, as Reuniões Gerais serviram para a realização de palestras com convidados; apresentação das produções das Equipes Parceiras sobre as “tarefas” para as quais ficaram encarregadas e também para a apresentação, por parte da Equipe Central, de uma versão preliminar de cada Módulo, organizado a partir da estrutura de curso acordada pelos participantes. Tal versão era trabalhada por todos e depois detalhadamente analisada pelos presentes e, em havendo sugestões de alterações e sendo estas acordadas, as mesmas eram incorporadas à versão em debate. A versão “definitiva” era reapresentada pela Equipe Central em reunião posterior para chancela de todos os presentes.

A proposta inicial de Curso de Formação, estabelecida nas Reuniões Gerais da pesquisa entre a Equipe Central e as Equipes Parceiras, previa uma estrutura que incluía as temáticas e as formas de abordagem dos assuntos em Módulos Temáticos, com sugestão de que fossem, por sua vez, agrupados em Blocos Temáticos que contivessem também uma brevíssima apresentação dos conteúdos tratados. Cada Módulo Temático seria organizado conforme uma seqüência lógica estruturada com uma tarefa que remeteria à idéia “e no seu município?”. Explicitando um pouco mais a estrutura inicial de cada Módulo tem-se: uma apresentação sumária dos conteúdos inseridos no Módulo, que permitiria a todos os participantes conhecerem quais seriam os assuntos tratados no mesmo; uma apresentação de um vídeo motivador de curta duração, cuja intenção seria introduzir, por meio de uma cena educacional cotidiana e familiar aos conselheiros, o conteúdo, ou algum aspecto mais evidente dele, a ser apresentado no Módulo; uma discussão sobre uma questão problematizadora cumpriria a função de provocar os participantes do curso para que se posicionassem ou trocassem as suas experiências e dúvidas sobre o assunto a ser discutido e trabalhado; uma seqüência de “transparências” traria a exposição do conteúdo temático e os conceitos a ele relacionados; uma atividade estruturada ou exercício previamente elaborado estabeleceriam uma seqüência organizada a ser realizada pelos participantes, como forma de fixação do conteúdo discutido. Ao final, seria feita uma proposta de questão do tipo “e no seu município?” como forma de levar o participante do curso a refletir sobre a relação do conteúdo apresentado com a realidade vivida em seu município.

Em diferentes Reuniões Gerais, realizadas no período de 2005 a 2006, é que foi sendo construído um desenho mais detalhado da proposta inicial para os Módulos do Curso de Formação, o qual passou a ser organizado em Blocos articulados, tendo em vista as sugestões dos representantes dos municípios.

Tendo em vista toda a produção realizada no desenvolvimento da pesquisa, a proposta de Curso de Formação estruturou-se em três (03) cadernos, um (01) DVD e um (01) CD apresentado detalhadamente a seguir.

4. APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO CURSO DE FORMAÇÃO PRODUZIDO PELA PESQUISA E DE SUA LÓGICA DE ORGANIZAÇÃO

Nesta parte do trabalho procurar-se-á fazer uma apresentação mais pormenorizada do material produzido ao final do Projeto de Pesquisa “*Formação Inicial e Continuada de Pesquisadores, Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento de Educação e seus Mecanismos de Controle Social, nos Municípios de Campinas, Rio Claro, São Carlos, São Paulo e Suzano*”, na forma de um Curso de Formação de Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento da Educação.

O material final denominado “**Formação de Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento da Educação**” é constituído por três (03) Cadernos: Um (01) **Caderno de Atividades**, estruturado em três (03) Blocos que contêm ao todo sete (07) Módulos e que distribuem os temas de financiamento da educação de forma lógica e com diferentes graus de complexidade; um (01) **Caderno de Legislação**, que contém diversas referências legais e administrativo-orçamentárias como suporte para a leitura dos temas do financiamento da educação em municípios; e um (01) **Caderno de Informações Complementares**, que contém textos informativos para contato e aprofundamento de questões relativas à temática do financiamento e da gestão dos recursos financeiros da educação. Acompanha este conjunto de cadernos um (01) **DVD** que contém sete (07) vídeos com situações problematizadoras introdutórias relativas a cada Módulo do conjunto, além de dois (02) outros vídeos que dizem respeito à “introdução” do curso de formação pressuposto pelo material e outro com o “fechamento” desse processo. Completa este conjunto uma mídia na forma de um (01) **CD** onde estão localizadas as transparências relativas ao conteúdo de cada Módulo dos três Blocos.

Embora o material produzido pela pesquisa contenha diferentes estratégias de abordagens dos assuntos relativos ao financiamento da educação (textos informativos, legais, de apoio, vídeos motivadores, exercícios e propostas de reflexão sobre os próprios municípios participantes) é importante ressaltar que, na concepção do Projeto de Pesquisa, o processo formativo ou a realização de um “Curso de Formação” pressupõe a figura de um “animador ou formador” que seja capaz de conduzir e dar

conta das questões que possam surgir sobre as temáticas apresentadas, ou seja, o material não pode ser interpretado como “auto-suficiente” ou “auto-instrutivo” sobre financiamento da educação.

A estrutura de organização final do **Caderno de Atividades** que inclui as temáticas e as formas de abordagem dos assuntos do financiamento da educação está agrupada em Blocos Temáticos que contêm uma brevíssima apresentação dos conteúdos tratados. Cada Módulo Temático, por sua vez, está organizado conforme uma seqüência lógica estruturada, de modo geral, da seguinte forma: 1) apresentação sumarizada do conteúdo; 2) vídeo motivador; 3) questões problematizadoras; 4) exposição do conteúdo apresentado na forma de “slides” ou transparências; 5) atividades problematizadoras relativas ao conteúdo e exercícios; 6) sugestões de leitura de textos legais e conceituais sugeridos e dispostos no próprio **Caderno de Atividades** ou no **Caderno de Informações Complementares**. Finalmente, é apresentada uma “tarefa” aos potenciais participantes na forma da idéia “e no seu município?”, cujo objetivo remete os mesmos para a realização de uma pesquisa local, uma reflexão ou uma discussão sobre a peculiaridade que os assuntos relativos ao financiamento da educação são tratados em nível municipal.

O **Caderno de Legislação** contempla os marcos legais relacionados à temática da educação. Ali estão reunidos o texto das sessões da Constituição Federal sobre a tributação e orçamento e a ordem social, a qual contém os artigos sobre educação, bem como o texto da Emenda Constitucional nº 53/06 que criou o Fundeb; os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que tratam especificamente dos recursos financeiros; a legislação regulamentadora do Fundef e do Fundeb; a legislação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal; e a legislação regulamentadora, normas e portarias sobre o orçamento público.

O **Caderno de Informações Complementares** reúne dois glossários sobre conceitos tributários, orçamentários e administrativos utilizados pela Administração Pública referidos ao longo do **Caderno de Atividades**; vários textos e artigos contemporâneos, de consulta complementar, elaborados por autores que refletem sobre o financiamento da educação, o planejamento orçamentário, os fundos educacionais e o controle social; e o Caderno de Respostas para as atividades e exercícios propostos em cada um dos módulos do **Caderno de Atividades**.

No **DVD** estão presentes diversas cenas (uma para cada assunto tratado no **Caderno de Atividades**, além da introdução e do “fechamento”) que visam à

“problematização codificadora” ou “provocação motivadora” de participantes de um processo de formação de conselheiros e técnicos de financiamento da educação. Pretende-se que esta forma de apresentação inicial de forma simples e coloquial, com a utilização de personagens familiares a qualquer interessado, possa levar a um maior interesse dos participantes para com os assuntos relativos aos diferentes Módulos da temática do financiamento, em geral tão árida aos não iniciados. No **CD** constam as transparências “geradas” pelo Projeto de Pesquisa de forma a serem utilizadas para a apresentação inicial dos conteúdos de cada Módulo, no processo de formação.

O material produzido ficou organizado de forma temática com a seguinte configuração: **BLOCO I** – Organização do financiamento para educação no Brasil, dividido em 3 (três) módulos: **Módulo I** – Financiamento da Educação na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96): concepções gerais e legais, **Módulo II** – Manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), **Módulo III** – Fundef *versus* Fundeb; **BLOCO II** – Noções sobre finanças públicas, também dividido em 3 três módulos: **Módulo I** – Noções de contabilidade pública, **Módulo II** – Lei de Responsabilidade Fiscal e suas implicações para a educação, **Módulo III** – Execução orçamentária e conciliação bancária; e o **BLOCO III** – Sobre o CACS, com apenas o **Módulo I** – Atribuições do CACS.

O primeiro bloco divide-se em três módulos. No primeiro abordam-se questões referentes à organização da educação básica no Brasil e as fontes de recursos que financiam o ensino público. No segundo, procura-se conhecer e refletir sobre como devem ser gastos tais recursos na forma de MDE, com base nos artigos 70 e 71 da LDB. Finalmente, no terceiro módulo propõe-se a discutir semelhanças e diferenças entre o FUNDEF e o FUNDEB.

O segundo bloco também é dividido em três módulos. No módulo I abordam-se questões referentes à peça orçamentária (PPA, LOA e LDO), às funções programáticas e à análise de um balanço municipal. No módulo II procura-se conhecer e refletir sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e suas implicações para a Educação. No módulo III são analisados os processos de execução orçamentária e de conciliação bancária.

O terceiro e último bloco é constituído por um único módulo onde é proposta a discussão sobre as atribuições do CACS FUNDEF relativas ao controle e acompanhamento de programas do FNDE no âmbito municipal como o PEJA, o

PNATE e o PAED. Além desse enfoque, é sugerida uma comparação entre o CACS FUNDEF X CACS FUNDEB.

É de se lembrar que para o Projeto de Pesquisa a fase de aplicação integral do material ou da “realização plena do Curso de Formação” constitui a Fase III do mesmo. Contudo, antes desta fase foram realizadas, em diferentes lugares e com diferentes públicos, algumas “antecipações” de aplicação de parte do material produzido para o Curso de Formação na forma de apresentações preliminares.

CONCLUSÕES

De maneira geral, pode-se dizer que os objetivos previstos no Projeto de Pesquisa foram atingidos, nos seus mais diferentes aspectos, desde o interesse dos Municípios e das Equipes Parceiras na continuidade de sua realização – mesmo se considerando as grandes modificações havidas nas prioridades e nas diretrizes de governo, com a posse dos novos Dirigentes Municipais –, até o processo solidário de formação coletiva e constituição amigável de uma (numerosa) Equipe de Trabalho com vistas a elaboração de um “Curso de Formação” sobre a temática do financiamento da educação.

Com relação à **dinâmica de trabalho e de participação** das Equipes Parceiras nas Reuniões Gerais, a avaliação feita foi positiva, pois não só a presença de todos os membros foi constante, mas também, a contribuição esperada de cada um foi significativa, não havendo recusa dos mesmos em assumirem diferentes tarefas e dar conta das diversas responsabilidades que lhes foram atribuídas. A participação ativa e dedicada das Equipes Parceiras nas reuniões e oficinas realizadas configurou-se como exemplo vivo disso, assim como o empenho de todos em cumprir “as suas tarefas”, em prol do GRUPO como um todo.

As estratégias estabelecidas nas Reuniões Gerais possibilitaram a participação harmônica de todos os segmentos ali representados, favorecendo que os “com mais informações técnicas” assumissem co-responsabilidades de formação do grupo, e que os “com menos informações técnicas” pudessem usufruir, nos seus ritmos, das experiências teóricas e práticas dos Técnicos das Secretarias, dos professores convidados para a realização de palestras ou oficinas e da própria experiência em pesquisa com grupos diversificados da Equipe Central.

Considera-se, em função disso, que o desafio da formação “em ação”, como processo coletivo e solidário, foi bem enfrentado, o que permitiu – em curto prazo – que

todos contribuíssem, para a elaboração de materiais e subsídios de formação adequados e significativos, constituindo-se a experiência da elaboração do “Curso de Formação”, em momento peculiar de formação e contribuição coletiva a outros grupos de atores sociais, que, interessados numa participação mais ativa na vida de sua cidade, não o fazem, em função de inibição pessoal frente às suas poucas e incompletas (des)informações técnico-políticas.

Os momentos de encontro do GRUPO tornaram-se “agradáveis” – além de proveitosos –, o que traduz o estabelecimento de laços afetivos necessários para a realização de qualquer trabalho coletivo, mas, em especial, quando o objetivo é nossa própria formação.

A aplicação efetiva do Curso de Formação certamente constituirá oportunidade privilegiada de vivência educativa de “situações-problema”, com alta expectativa de resposta pelos grupos de alunos “colegas e amigos” participantes, a ser enfrentada por todos os membros da Equipes Parceiras, e de cujos resultados, provavelmente, surgirão novas necessidades de formação, que a cada vez, fará exigências de discussão num patamar mais alto de complexidade, seja pelos temas escolhidos, seja pela amplitude das informações necessárias para a sua superação progressiva.

É preciso ressaltar que os percalços vividos ao longo do projeto podem ser compreendidos como oportunidades positivas que contribuíram para aprimorar o resultado final da pesquisa. No caso das mudanças decorrentes das eleições municipais, a despeito de algumas alterações na composição das Equipes Parceiras, a chegada de novos integrantes e a boa acolhida e aceitação da proposta pelos novos governantes, a maioria dos quais pertencentes a partidos políticos diferentes dos anteriores na gestão dos Municípios Parceiros, significou a oportunidade de maior difusão e alcance da proposta, inclusive pela incorporação de outro município ao Projeto. As mudanças na política de Fundos, que coincidiram com o período final da pesquisa, embora tenham, de um lado, exigido o prolongamento do prazo inicialmente previsto, permitiram, de outro, que o material elaborado incorporasse tais mudanças, assegurando que o mesmo esteja sintonizado com a política de financiamento da educação atualmente vigente.

Essas mudanças também repercutiram nas entrevistas realizadas, pois trouxeram a necessidade de se registrar e ouvir as opiniões de um número maior de dirigentes municipais das áreas de finanças e de educação e de presidentes dos conselhos, além do que estava previsto inicialmente. Este alargamento enriqueceu a pesquisa e os propósitos da formação na medida em que se ampliou o conhecimento sobre as posições

e atitudes políticas e conceituais, bem como sobre as dificuldades e os desafios relacionados à gestão dos sistemas de ensino e das instâncias de acompanhamento e de controle social do setor educacional.

Do ponto de vista do material produzido, cumpre destacar o acerto na opção pela metodologia da pesquisa-ação que, ao reunir diferentes segmentos da comunidade educacional dos Municípios Parceiros em um trabalho conjunto com vistas a uma conseqüente e efetiva intervenção social nos conselhos, assegurou a elaboração coletiva de produtos de qualidade plenamente de acordo com os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa.

Por fim, a Equipe Central considera que foi muito rico e estimulante o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa *“Formação Inicial e Continuada de Pesquisadores, Conselheiros e Técnicos na Área de Financiamento de Educação e seus Mecanismos de Controle Social, nos Municípios de Campinas, Rio Claro, São Carlos, São Paulo e Suzano”*, com o rigor e a cientificidade que o mesmo exigiu para o tratamento das informações assim como a forma de trabalho sistemático com as pessoas envolvidas. Ao mesmo tempo, avalia como muito positiva a viabilização da produção de materiais que procuram beneficiar, e em especial, modificar (para melhorar!) rotinas e hábitos de Conselhos, Fóruns e Secretarias Municipais, em relação à transparência no uso do dinheiro público destinado à educação.

A constatação de que diferentes Equipes Parceiras de governos municipais com orientações políticas e educacionais bastante distintas têm interesse que representantes da população local, juntamente com funcionários de áreas técnicas das suas Secretarias, adquiram “competência” para iniciar ou fortalecer processos de Acompanhamento e Controle Social dos gastos públicos é um dado novo no tradicional alerta que nossas pesquisas têm até agora feito, ou seja, de que governantes não propõem, e por decorrência não estimulam, uma participação mais ativa da população no trato e na decisão de prioridades sociais em função dos recursos disponíveis nas cidades.

Esse novo momento pode estar sendo gerado, e com ele, pode-se estar vivenciando o privilégio de acompanhar um dos movimentos políticos que, se fortalecido, poderá “subverter” o tradicional marasmo das discussões sobre as relações “fisiológicas” de parcelas da população junto aos seus governos locais. Espera-se que essa mudança possa exigir dos governantes e administradores públicos, a oferta de alternativas – que não as meramente “assistencialistas” –, para a efetivação de uma sociedade com melhor distribuição da renda real (o capital acumulado) e da renda

imaterial (a produção e a fruição culturais), como condição de avaliação positiva de suas gestões.

Estamos apostando nisso! E nossa contribuição nesse processo, se traduz, nesse momento, na produção de materiais criativos e sugestivos – gerados de forma democrática e coletiva – que possibilitem e favoreçam a discussão, cada vez mais ampla, sobre os recursos financeiros destinados à Educação, e se coloque, cada vez mais, à disposição de todos os interessados – “iniciados” ou não – informações sobre as fontes tributárias, as sistemáticas orçamentárias e as possibilidades de acompanhamento e controle dos “percursos” dos gastos públicos. Debate este que pode ser resumido em três perguntas: Quais os montantes? Como são gastos? Para onde vão (em termos de custeio e investimento) os recursos públicos destinados à Educação, em cada um dos 5.562 Municípios brasileiros, em cada um dos 27 Estados da Federação e no conjunto do Governo Federal?

Empenharmo-nos para ver isso acontecer, será um sonho? Uma utopia? Mas, afinal nosso Mestre Florestan Fernandes já havia nos prevenido que, em Política e em Educação,

“Quanto maiores forem as dificuldades, mais complexas e imperativas serão nossas obrigações intelectuais e morais.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

Quadro - Mudanças ocorridas devido às eleições municipais de 2004

Cidade	Ano	Prefeito	Partido	Secretário de Educação
Campinas	2004	Antônio da Costa Santos (Toninho)/ Izalene Tiene	PT	Corinta Maria Grisólia Geraldi
	2005	Dr. Hélio	PDT	Rogério de Cerqueira Leite/Helena de Freitas/ Graciliano de Oliveira Neto
Rio Claro	2004	Cláudio de Mauro	PV	Heloísa Maria Cunha do Carmo

	2005	Nevoeiro Junior	PFL	Gunar Wilhelm Koelle
São Carlos	2004	Newton Lima Neto	PT	Marina Palhares
	2005	Newton Lima Neto	PT	Géria Montanaro
São Paulo	2004	Marta Suplicy	PT	Maria Aparecida Perez
	2005	José Serra	PSDB	José Aristodemo Pinotti
Suzano	2004	Estevam Galvão	PFL	Dulce Leite de Lima
	2005	Marcelo Candido	PT	Rubens Barbosa de Camargo

ⁱ **Membros da Equipe Central: Coordenadores da Pesquisa:** Prof^a Dr^a Lisete Regina Gomes Arelaro, Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo, Prof^a. Dr^a Theresa Maria Freitas Adrião; **Assistentes de Pesquisa:** Adriana Aparecida Dragone Silveira, mestranda da FEUSP; Marcos Edgar Bassi, pós-doutorando da FEUSP. **Auxiliares de Pesquisa:** David Henriley Pitombeira, graduando em Economia na FEA-USP; André Blaud Ciolla, graduando em Pedagogia na FEUSP; Ana Paula Santiago do Nascimento, graduada em Pedagogia pela FEUSP, assistente pedagógico da SME de Suzano e professora da rede estadual de ensino; Amanda Voltolini, graduanda em Pedagogia pela FEUSP. **Membros das Equipes Parceiras de cada Município: Campinas** – Fernando Piva Pacheco, economista da SMA e Conselheiro no CACS do FUNDEF; Carlos Henrique Moraes Zanatta Amato, coordenador de planejamento e controle financeiro da SME e conselheiro no CACS do FUNDEF; Admir Hervella, representante dos pais no CACS do FUNDEF; **Rio Claro** – Elisabete Wenzel, analista econômico-financeiro da SME; Alessandra Aparecida Cain, diretora pedagógica; Gilberto Curció, professor aposentado da RME; **São Carlos** – Odair Adalberto Storer, Chefe da Divisão de Orçamento da SMEC; Sílvia Helena Pereira, membro do CME/ representante dos pais de alunos, Sibeli Cristina Fiocchi, representante do Sindicato dos Professores no CACS do FUNDEF; **São Paulo** – Teruyo Ogihara Hayakawa, Assessora Técnica da SME; José Donizete Fernandes, Diretor de Escola da RME; Maria José da Silva, Representante dos Pais no CACS do FUNDEF; João Alberto Rodrigues de Souza, Diretor Sindical e Presidente do CACS do FUNDEF; Marcos Mendonça, Assessor Parlamentar e Representante dos Diretores de Escolas no CME; **Suzano** – Teresa Lúcia Silva, Assistente Técnico de área da SME e Conselheira do CAE; Luzinete Nunes Feitosa, Secretária de Escola e Representante dos Servidores no CACS do FUNDEF; Marcos Edgar Bassi, Assistente Técnico de área da SME; Renata Priscila Valencio Bezerra, Diretora de Escola e representante do Ensino Fundamental no CME; Marcelo Silvestre, Representante dos Pais e Presidente do CACS do FUNDEF e Adriana Silvestre, Membro do CME, Representante dos pais de alunos.